



CONSELHO
NACIONAL DO
MINISTÉRIO PÚBLICO

ATA DA DÉCIMA REUNIÃO DO COMITÊ DE GOVERNANÇA CORPORATIVA E DA ESTRATÉGIA (CGCE)

Ao 1º dia do mês de março de dois mil e dezesseis, às quatorze horas e quinze minutos, na sala 307 do edifício-sede do Conselho Nacional do Ministério Público, iniciou-se a Décima Reunião Ordinária do Comitê de Governança Corporativa e da Estratégia, para tratar dos seguintes assuntos: 1) Apresentação do Plano de Gestão 2016; 2) Apresentação do Plano Diretor de Tecnologia da Informação 2016-2017; 3) Apresentação de proposta de trabalho para implementação da Gestão de Riscos no CNMP; 4) Eleição dos membros do SECOM (Subcomitê Estratégico de Comunicação); 5) Proposta de retirada do formulário Denúncia e Reclamações Disciplinares do Portal do CNMP, em razão de incompatibilidade com o Sistema Elo e com atos normativos do CNMP; e 6) Apresentação dos dados consolidados do Sistema ELO (1º de junho de 2015 a 24 de fevereiro de 2016). Presentes o Secretário-Geral do CNMP, Blal Yassine Dalloul; o Secretário-Geral Adjunto, Wilson Rocha de Almeida Neto; os membros-auxiliares, Alexandre Lima Raslan (Presidência), Michel Betenjane Romano (Presidência), Carlos Vinícius Alves Ribeiro (Comissão de Acompanhamento Legislativo e Jurisprudência), Geny Helena Fernandes Barroso Marques (Comissão da Infância e Juventude), Luciana Almada de Magalhães Farias Chaumon (Ouvidoria Nacional); a Assessora de Comunicação Social e Cerimonial, Natália Bernardes Senna Veloso; o Auditor-chefe, Antonio Gomes Ferreira; a Coordenadora da Auditoria Interna, Renata Alencar Campolina; a representante da Secretaria de Administração, Inês Gouvea Viana Borges; o Secretário de Tecnologia da Informatização, Gustavo Fonseca Gonçalves de Almeida; a representante da Secretaria Processual, Rafaela Oliveira; o Secretário Executivo, Roberto Fuina Versiani; o Coordenador de Gestão de Pessoas, Luiz Armando Lopes Campião; a Chefe de Gabinete da Presidência, Eliane Rodrigues Sales, o Secretário de Gestão Estratégica, Weskley Rodrigues dos Santos; a Secretária de Planejamento Orçamentário, Thaissa Couto Dagher; os servidores, Eduardo Aquino (representando a Corregedoria Nacional), Bruna Larissa de Brito Monteiro (representando a Comissão do Sistema Prisional, Controle Externo da Atividade Policial e Segurança Pública), Nathália Brígida (representando a Comissão de Controle Administrativo e Financeiro), João Barbosa Lima e Rogério Paes Carneiro (representando a Comissão de Planejamento Estratégico), Fábio Augusto Lima Rodrigues



CONSELHO
NACIONAL DO
MINISTÉRIO PÚBLICO

(representando a Comissão de Preservação da Autonomia do Ministério Público), Cláudia Leandra Rabelo (Ouvidoria Nacional), Lília Milhomen Januário (representando a Comissão de Defesa dos Direitos Fundamentais), Marcelo Pires da Silva (Presidência do CNMP), Paulo Célio Junior (STI), Tatiana Jebrine (ASCOM), Sávio Neves do Nascimento (SGE), Cláudio Lima Aguiar (ASCOM), Josias Mendes da Silva (SGE) e Ana Maria de Souza Torres (SGE). Iniciando a reunião, o Secretário-Geral, agradeceu a todos e, passando a palavra ao Secretário de Gestão Estratégica, exaltou a importância do planejamento em face ao cenário econômico atual. Weskley Rodrigues apresentou os resultados em números do Plano de Gestão 2016, fazendo um comparativo entre este e o Plano de Gestão anterior. Nesse sentido, em relação ao Plano de Gestão 2015, destacou que durante o exercício anterior foram aprovadas 469 ações, dentre iniciativas, projetos e processos. Desse total, apenas 350 ações foram monitoradas, sendo que 226 foram efetivamente executadas, o que representa um percentual de 64%. Já para o Plano de Gestão 2016 foram aprovadas 559 ações, o que representa um percentual de incremento de cerca de 20% em relação ao ano anterior. Outro ponto destacado refere-se ao Calendário de Contratações 2015, que teve um percentual de execução de 70%, de um total de 110 contratações solicitadas. No Plano de Gestão 2016, por sua vez, há a solicitação de 112 contratações. Ao final da apresentação, Weskley lembrou que este ano o orçamento do CNMP é menor e, portanto, há a necessidade ainda maior de se primar pela qualidade na execução e pela eficiência. Retomando a palavra, o Secretário-Geral afirmou que nenhuma unidade ficará parada, mas o orçamento será executado com eficiência, no sentido de se fazer mais com menos, e que as contratações, apesar de um número expressivo, tratam, na maioria, de prorrogação de contratos vigentes. Falou ainda que não pensa em adotar medidas que penalizem a sociedade, como a redução da jornada de atendimento. Agradeceu a todos que participaram da elaboração do Plano de Gestão, em especial à ASCOM, COGP, SA, SGE, STI e as respectivas equipes. Em tempo, agradeceu à Corregedoria Nacional e às Comissões pelo empenho durante a fase de proposição das ações do Plano de Gestão 2016. Ressaltou ainda que a Corregedoria Nacional teve um diálogo muito aberto e essa participação foi importante, colaborando com o processo de conscientização. Parabenizou também todas as comissões, pela conscientização das necessidades de cortes no orçamento, o que tornou a fase de validação bastante tranquila. O Secretário-Geral afirmou que vê todo esse processo, não como um corte, mas que as dificuldades orçamentárias enfrentadas pelo CNMP forçaram um ajuste



CONSELHO
NACIONAL DO
MINISTÉRIO PÚBLICO

qualitativo nas despesas da casa e, necessitam, portanto, de maior qualidade no planejamento e aprimoramento da execução. O Secretário-Geral pediu a todos responsabilidade na execução do orçamento e que, caso alguma iniciativa seja suspensa ou cancelada, haja uma comunicação imediata à Secretaria-Geral (SG) para que seja possível o remanejamento do respectivo orçamento entre as unidades. O Secretário-Geral Adjunto, Wilson Rocha, acompanhando a fala do Secretário-Geral, parabenizou pelo trabalho realizado tanto pela área meio e como pela área fim, enalteceu a importância do processo de planejamento e afirmou que esse processo fortaleceu o Conselho como modelo em gestão e governança. O Secretário-Geral Adjunto afirmou que o trabalho ficou bem equacionado e que agora a casa tem um sistema de gestão bem maduro, faltando apenas normatizá-lo e enviá-lo ao TCU, para ser referência da sistematização de gestão. Ressaltou a importância do trabalho realizado pela área fim que se sensibilizou e, conscientemente, deu sua contribuição. Reforçou ainda a necessidade de as unidades comunicarem à SG, caso percebam que não irão executar alguma ação, para que haja o remanejamento orçamentário, pois, alguns projetos imprescindíveis não foram priorizados por falta de orçamento. Por fim esclareceu ao grupo que o Plano de Gestão será divulgado por meio de portaria. O Secretário de Tecnologia da Informatização, Gustavo Fonseca, apresentou, em seguida, o terceiro Plano Diretor de Tecnologia da Informatização, afirmando que ele foi aprovado pelo Subcomitê de Tecnologia da Informação, por unanimidade. Em seguida, fez um breve relato sobre a construção do PDTI e apresentou os resultados. Gustavo ressaltou ainda a importância da construção do Manual de Planos Diretores, a partir da experiência de elaboração do PDTI. Falou ainda que o Plano foi construído de forma coletiva, o que empoderou e legitimou ainda mais o documento. Além disso, destacou que no Plano há uma inovação, referindo-se ao capítulo sobre gestão de riscos. Falou ainda que optou para realizar a fase de levantamento das demandas das unidades no Plano de Gestão. Posteriormente, Wilson Rocha explicou o conceito de plano diretor, ou seja, trata-se de um elo entre o Planejamento Estratégico e o Plano de Gestão, portanto, tem uma grande importância para o fortalecimento dos processos de planejamento da Instituição. Gustavo Fonseca retomou a palavra ressaltando que o PDTI, além de atender à conformidade do TCU, é um instrumento de trabalho da casa. O Auditor-chefe, Antonio Ferreira, falou sobre a importância dos planos diretores, pois eles não só atendem as recomendações dos órgãos de controle, como fortalecem a imagem do CNMP como um órgão maduro e que possui



CONSELHO
NACIONAL DO
MINISTÉRIO PÚBLICO

instrumentos e planos de trabalho estruturados. O Secretário-Geral Adjunto ressaltou a importância da gestão de riscos no PDTI, ao tempo que explicou aspectos conceituais e operacionais sobre o assunto. Ele lembrou que as unidades já têm condições de elaborar, de modo autônomo, o seu plano diretor. Registrou também que a área fim deve fazer seu plano diretor como forma de registrar o que planejam para o futuro, sendo um instrumento importante, para uma casa que muda constantemente, evitando a descontinuidade dos processos. Wilson Rocha referiu-se ao Plano Diretor como “o modo de os senhores ‘brincarem’ com o futuro da unidade”. Ele reafirmou a acertada decisão para ocupação dos cargos e funções com pessoas como o Gustavo, pelos conhecimentos em governança e gestão. Parabenizou as equipes envolvidas, com destaque aos servidores que atuaram como gerentes de projeto, Josias Mendes da Silva (SGE) e Daniela Carvalho Ramos (STI). Ressaltou o aspecto didático do manual para elaboração dos Planos Diretores. Submetido à apreciação, o PDTI foi aprovado sem ressalvas. Em seguida, inverteu-se a pauta e realizou-se a eleição para os integrantes do SECOM, restando eleita a composição registrada em documento anexo. Posteriormente, discutiu-se o item cinco da pauta, submetida à votação, restou deliberado que a proposta apresentada pelo Membro Auxiliar, Michel Romano Betenjane, pela retirada do formulário de Denúncia e Reclamações Disciplinares do Portal do Conselho, deverá ser encaminhado formalmente à apreciação dos Conselheiros na próxima Sessão Plenária. Em seguida, Weskley Rodrigues apresentou a proposta de desenvolvimento do trabalho para estudo sobre a gestão de risco no CNMP, afirmando que a Gestão de Riscos não é um querer, mas uma imposição do Tribunal de Contas e traz valores agregados ao conselho ressaltando que a proposta perpassa a aprovação da Cadeia de Valor, de modo a proteger política e valores de macroprocessos. A ideia é, a partir dos modelos já em execução nos órgãos da Administração Pública Federal, tais como o TCU, os Correios, o Banco Central e o Ministério da Fazenda, implantar no CNMP o seu próprio modelo híbrido. Além disso, também será utilizado o seguinte referencial teórico: a ISO 31000, COSO, *Federation of European Risk Management Associations* - FERMA, COBIT5. Destacou-se também a importância de criação de um grupo de trabalho, denominado GT-Riscos. Restou deliberado que haverá chamada para voluntários comporem o grupo de trabalho, do mesmo modo como foi realizado para a revisão dos indicadores estratégicos. Encerrando a reunião, Michel Betenjane Romano apresentou dados do sistema ELO, informando que o ELO da Corregedoria Nacional será



CONSELHO
NACIONAL DO
MINISTÉRIO PÚBLICO

lançado em 01 de abril deste ano e, a partir de julho ou agosto, ocorrerá o levantamento das comissões. Em relação às comissões, no entanto, falou sobre a possibilidade de atraso, devido contar apenas com três desenvolvedores no projeto. Michel Betenjane anunciou sua última participação nas reuniões do Comitê, devido ao término de seu mandato como membro auxiliar, e defendeu que se mantenha o mandato de dois anos, prorrogáveis pelo mesmo período. Wilson Rocha afirmou que o BI, o ELO e o Diário Eletrônico são o tripé da área fim e, após, elogiou o trabalho desenvolvido pelo Membro Auxiliar a frente desses três projetos e destacou sua contribuição ao Conselho. Nada mais havendo a tratar, encerrou-se a reunião às dezesseis horas e quarenta e quatro minutos, lavrando-se a presente ata.